

Ordem Econômica

Em meio à briga, 'conservadores' impõem substitutivo

Janio de Freitas

Empreitada de marajás

Os dois maiores "marajás" do país, produzidos ambos sob a proclamada austeridade do governo Sarney, acabam de ser identificados nos quadros da Valec, a estatal que, dadas as aptidões demonstradas por seus dirigentes na concorrência da malhada ferrovia Maranhão-Brasília, foi agora agraciada com o encargo de outras obras do governo. São preciosos uns três dos escandalosos "marajás" de Alagoas para igualar um da Valec. Esta estatal, sempre tão generosa, concede vencimentos de 122 OTNs por dia a cada um de seus dois "marajás", o que até sexta-feira dava vencimentos mensais (22 dias úteis) de Cz\$ 675.187,04 e, com a nova OTN fixada pelo novo pacote, passou a Cz\$ 833.435,68. Mas as vantagens auferidas por estes dois "marajás" — Cláudio Margueron e Valério Pulejo, italiano — são tão maiores do que as de seus congêneres, que nem têm similar no território da imoralidade administrativa. Como ganham em OTN, e pelo último valor dela no mês, os vencimentos de Margueron e Pulejo estão, além de permanentemente atualizados em face da inflação, sempre avançados em relação aos demais "marajás", não valendo perder tempo em comparações com os desprezíveis assalariados comuns. Margueron e Pulejo não sofrem o assalto do Imposto de Renda como acontece a seus congêneres. Na impossibilidade de admiti-los como funcionários com vencimentos divinos, Margueron e Pulejo assinaram

contratos de pessoa jurídica, de empresa, cujo Imposto de Renda é menor e não é pago no momento do ganho, tal como ocorre com o salário, porque afinal a meta do governo no Brasil é favorecer o capital e castigar o trabalho. Como mais uma vez vem a mostrar o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira com o congelamento dos preços no ponto em que, segundo as suas e as palavras do presidente Sarney, "estão absurdamente extorsivos", e o congelamento dos salários no ponto em que estão defasados.

Não tendo a Valec recursos próprios, suas despesas vêm sendo cobertas pela Companhia Vale do Rio Doce, da qual nasceu como subsidiária. E foi mesmo pela Vale, antes de reativada a Valec em dezembro, que os dois "marajás" foram contratados. Não se sabe que utilidade tiveram na Vale, como mínima contribuição à fortuna que foram acumulando mês a mês. Na Valec, porém, um serviço sabe-se que prestaram: foram partes sempre presentes e muito ativas nas reuniões, promovidas pelo presidente da empresa, Paulo Augusto Vivacqua, para elaborar fórmulas e argumentos que permitissem a inversão dos inquéritos sobre a concorrência, de modo a transformar o comprovador da fraude em réu.

Ainda bem que a suspensão da ferrovia não desativa outra vez a Valec, estatal destinada a ficar, com seus dirigentes, como um marco na nação devastadora dos tecnocratas, da imoralidade administrativa e, espera-se, dos inquéritos.

Da Sursal de Brasília

Um grupo de 38 constituintes "conservadores", maioria absoluta na Comissão da Ordem Econômica (composta por 64 membros), conseguiu impor, ontem, um relatório substitutivo ao que foi apresentado pelo relator da comissão, senador Severo Gomes (PMDB-SP), de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"). A vitória, contudo, somente foi possível com a radicalização do processo de votação, que culminou em violência entre "progressistas" e "conservadores".

Desde o início dos trabalhos da comissão, às 15h30 de sexta-feira, o grupo minoritário dos "progressistas" passou a reclamar de uma manobra regimental do presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), centro-direita, articulado com o grupo conservador. A manobra consistia em aprovar um requerimento de preferência — que José Lins acabou aprovando sem consultar o plenário — para votar três emendas substitutivas que mudavam todo o relatório de Severo Gomes. O entendimento dos "progressistas" era o de que, em primeiro lugar, era preciso votar o relatório e, em seguida, suas emendas e destaques.

Esses "progressistas" não tinham votos capazes de aprovar qualquer emenda contrária aos "conservadores", mas a manobra regimental foi o motivo para que eles fizessem sucessivos pedidos de "questão de ordem" a fim de obstruir os trabalhos. O impasse culminou, ontem à tarde, quando esses constituintes

sairam do plenário da comissão. Eles denunciaram, em documento, a parcialidade do presidente da comissão, que "desrespeitou acintosamente o regimento interno da Constituinte".

Galerias divididas

O cenário das discussões e votações do relatório da comissão era propício ao radicalismo e a violência. Os 935 lugares da galeria da Câmara estavam divididos quase que ao meio por proprietários de terras comandados pela UDR e trabalhadores sem terras, comandados pela CUT e Contag. Uma platéia dividida pelos seguranças da Câmara, mas capaz de influir no ânimo dos constituintes em plenário.

Pouco depois da meia-noite de anteontem, a deputada Elizabeth Azize (PSB-AM) não se conteve diante da decisão do presidente em iniciar o processo de votação e leitura da emenda sobre a reforma

agrária do deputado Jorge Viana: foi até a mesa da presidência da comissão e desligou o microfone em que o deputado Jales Fontoura lia o documento. O primeiro vice-presidente, deputado Hélio Duque, já se recusara a fazer a leitura.

Contornado o problema causado pela deputada, Hélio Duque renunciou ao cargo responsabilizando a presidência pela má condução dos trabalhos e pela animosidade que começava a prevalecer na comissão. Cinco minutos depois, sendo xingado de "fascista" pelos sem-terra na galeria, José Lins mandou prosseguir a leitura do substitutivo e, desta vez, a deputada Raquel Capiberibe é quem foi à mesa, enrolou na mão direita o fio do microfone de Jales Fontoura e o arrancou da tomada. José Lins passou seu microfone a Fontoura e foi a vez dos deputados Aldo Arantes e Haroldo Lima, ambos do PC do B, e José Genoino, do PT,

tentarem arrancar o microfone das mãos de José Lins. O deputado Salomão (PDT-RJ) aproveitou e rasgou o documento que Jales Fontoura lia, provocando a suspensão dos trabalhos até as 11h de hoje. Os substitutivos acabaram sendo votados e aprovados ontem sob os protestos dos "progressistas" e perante galerias vazias — por ordem de José Lins. Os 23 constituintes minoritários na comissão se retiraram da votação fazendo suas declarações de voto e acusaram José Lins de imparcialidade e má condução dos trabalhos.

Hélio Duque, em sua declaração de voto, disse que "José Lins não esteve à altura da presidência da comissão", onde prevaleceu a radicalização. Acrescentou que, como "velho servil da ditadura, Lins teve aqui a sua recaída" (referindo-se ao cargo que Lins teve no Senado, como líder do governo Figueiredo).

Ordem Social

Emenda diz que emprego é 'bem fundamental'

A Comissão da Ordem Social aprovou na tarde de ontem uma emenda onde "o emprego é considerado bem fundamental à vida do trabalhador e ninguém o perderá sem causa justificada". Foi o primeiro passo dado em direção a uma forma de estabilidade no emprego, tema que ainda é objeto de negociações na comissão. O relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), de centro-esquerda, foi aprovado por unanimidade.

Em uma reunião separada, os 34 peemedebistas que compõem a maioria absoluta da comissão (composta por 64 membros) concordaram com a aprovação de um artigo que inscreve no capítulo da Ordem Social o tema da reforma agrária. Essa decisão foi tomada diante da perspectiva de a Comissão da Ordem Econômica não

resolver o impasse em torno da matéria. A emenda do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), de esquerda, prevê que "todo trabalhador rural terá direito assegurado à propriedade na forma individual, cooperativa, condominial, comunitária ou mista para o desenvolvimento de suas atividades". As desapropriações de terras seriam pagas com títulos da dívida agrária.

O aspecto mais polêmico em discussão na comissão, no entanto, é a proposta de estabilidade no emprego prevista no relatório de Gabriel. Os constituintes ligados ao movimento sindical querem limitar as ressalvas à estabilidade a apenas quatro: falta grave comprovada; contratos transitórios por dois anos, no máximo; contratos de experiência não superio-

res a noventa dias; e "superveniência de fato econômico intransponível" na empresa. A proposta dos parlamentares "defensores do capital", como eles próprios se denominam, acrescenta a possibilidade de demissão desde que haja "pagamento de indenização proporcional e progressiva" ao empregado.

Outro item em negociação era o da jornada semanal de quarenta horas, prevista por Gabriel. Um acordo preliminar em torno de uma proposta intermediária de 44 horas, no início da tarde, era a tendência mais forte. A esquerda da comissão, no entanto, insistia nas quarenta horas e a direita na manutenção das atuais 48 horas, como limite máximo, mais a possibilidade dessa carga horária ser reduzida em negociações coletivas.

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Comissão derrota propostas de Gasparian

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças derrotou ontem seis propostas formuladas pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), de centro-esquerda, sobre o sistema financeiro. Gasparian que fora relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, vinha acusando o deputado José Serra (PMDB-SP), de centro-esquerda, relator da comissão que votou ontem, de tentar desvirtuar o relatório da subcomissão, feito por ele. O consenso obtido pelo projeto de Serra na comissão ficou patente com as repetidas derrotas em plenário das emendas propostas por Gasparian.

Gasparian perdeu ao propor que o Banco Central não possa vender títulos (46 a 7 votos), ao tentar definir

a função dos bancos como social (34 a 24), ao defender a proibição de que bancos estrangeiros operem no país e o crédito seja estatizado (48 a 7), na tentativa de impedir que diretores do Banco Central trabalhem quatro anos antes ou depois de seus mandatos em instituições financeiras privadas (34 a 18), na formação de uma comissão mista do Congresso com poderes de anular decisões do Executivo (30 a 21) e na ampliação de funções do Banco do Brasil (29 a 6).

Mas se houve uma maioria expressiva com relação às questões mais ideológicas, o mesmo não se pode dizer em relação às regionais. A divisão entre as bancadas do Norte e Nordeste, de um lado, e do Sul, do outro, é cada vez mais evidente. As

únicas alterações ao projeto de José Serra aprovadas até o final da tarde diziam respeito a questões nitidamente regionais: a proibição da transferência de recursos de poupança de regiões menos desenvolvidas para outras, aprovada por 37 votos contra 20 e a obrigatoriedade de que se façam certos depósitos em bancos regionais, por 36 a 12.

A tendência à divisão em torno de questões regionais deve se acentuar mais quando entrarem em votação emendas relativas ao capítulo de tributação, que são quase 500, onde a disputa entre Estados e Municípios deve se constante e acirrada. Embora haja um acordo para a aprovação desse capítulo, as votações devem ser difíceis.

Soberania

Relatório de Bisol é aprovado

A Comissão de Soberania aprovou ontem o projeto de relatório do senador José Bisol (PMDB-RS), por 41 votos a 17. O deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG) tentou impedir a aprovação, apresentando uma questão de ordem — recusada pelo presidente da comissão, deputado Mário Assad (PFL-MG) — para que a votação fosse realizada "título por título, capítulo por capítulo".

Ontem, a comissão votou destaques (pedidos de votação em separa-

do de alguns itens) sobre pontos polêmicos do relatório. Por destaque do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), foi derrubada a alínea "b" do capítulo sobre o exercício da profissão, que dizia: "A lei só estabelecerá regime de exclusividade para o exercício de profissão que envolva risco de vida ou de privação da liberdade, ou que possa causar grave dano ao indivíduo ou à coletividade, restringida a exclusividade à medida do risco e do dano objetivamente previsível".

Organização do Estado

Comissão já encerrou trabalhos

Sem grandes polêmicas — a maior discussão referia-se à criação de novos Estados — a Comissão da Organização do Estado foi a primeira a terminar seus trabalhos. Seus integrantes conseguiram votar os 248 destaques ao relatório do senador José Richa (PMDB-PR) em treze horas de trabalho ininterrupto. As 4h25 da madrugada de ontem o presidente da comissão, José Thomaz Nonô (PFL-AL), agradeceu a cooperação de todos e deu por encerrados os trabalhos.

Os constituintes do Distrito Federal, concentrados na Comissão da Organização do Estado, não tiveram êxito em suas tentativas de derrubar parte do relatório de Richa. Sigma-

EXAME de ORDEM?
Curso SÍNTESE
(011) 229-3000